

INSS começa a atender pela internet seus segurados

Escrito por Diário de Borborema - PB
Seg, 18 de Agosto de 2008 13:29 -

Brasília - As instituições conveniadas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem, desde a última quinta-feira, fazer o agendamento prévio e seqüencial de seus afiliados ou empregados pela internet.

Os trabalhadores podem requerer a aposentadoria, o salário-maternidade, a pensão, o auxílio-reclusão, o pecúlio, recursos e revisões, entre outros serviços.

O presidente do INSS, Marco Antônio de Oliveira, disse que o agendamento coletivo foi criado para suprir a necessidade daqueles segurados que têm dificuldades de acesso à internet e ao serviço de teleatendimento 135, que são os principais canais por meio dos quais os segurados agendam o atendimento nas agências.

“Esse atendimento irá obedecer o tempo determinado para cada requerimento, que é no máximo 60 minutos, o que garantirá um atendimento conclusivo ao segurado”, disse.

Segundo ele, a iniciativa garante atendimento programado, resolutivo e seqüencial, no ato do agendamento.

INSS começa a atender pela internet seus segurados

Escrito por Diário de Borborema - PB
Seg, 18 de Agosto de 2008 13:29 -

De acordo com o presidente do INSS, para o agendamento coletivo os conveniados terão que fazer novos convênios nas gerências executivas do instituto na sua cidade, para receber uma senha de acesso aos canais de atendimento remoto.

“[Os conveniados] Deverão firmar um termo de acordo em que assumem a responsabilidade legal pelas informações prestadas, para evitar a possibilidade de riscos de fraude e de uso indevido desse serviço”, informou Oliveira.

Uso de Câmaras - Dentro de 30 dias vão começar a funcionar, inicialmente em Brasília, Recife e São Paulo, as Câmaras de Conciliação Previdenciária (CCP), destinadas a resolver de imediato os casos embaraçados em que o contribuinte não encontrou solução nas agências do INSS.

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, assinou acordo de cooperação técnica com o Ministério da Justiça e a Defensoria Pública da União (DPU) para a criação das CCP, que vão se reunir mensalmente e serão compostas por representantes do Ministério da Justiça, da Defensoria Pública da União e do Instituto Nacional do Seguro Social. O ministro informou que a medida será possível com a contratação de 69 defensores públicos da União concursados, que estão tomando posse em todas as capitais do país.